

Instituição: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ

Doutorado em Ciência Política

Autor: André Luiz Coelho Farias de Souza

Título: Instabilidade presidencial no Equador e na Bolívia: implicações do sistema político e atuação dos movimentos sociais.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a influência do sistema político e a atuação do movimento indígena para a definição da instabilidade presidencial no Equador e na Bolívia no período entre 1992 e 2006, imediatamente posterior ao retorno da democracia e da implementação das reformas de Estado e de mercado em ambos os países. Destaca-se que no período analisado o Equador teve oito presidentes e a Bolívia seis.

O percurso histórico até a democracia é fundamental para o entendimento do período escolhido. No caso boliviano, após a fundação da República, em 1825, contam-se mais de cem golpes e contragolpes de Estado. Ao longo de vinte e três anos -1925 a 1948- o Equador teve 27 governos, dos quais doze foram elevados ao poder, oito formaram ditaduras, quatro foram eleitos através de Assembléia Constituinte e somente três presidentes foram eleitos diretamente. O período de maior estabilidade constitucional -com a exceção do atual- ocorreu entre 1948 e 1961, com a sucessão de três mandatários eleitos democraticamente. Após este período o país voltou à instabilidade, com uma sucessão constitucional -1963, a nomeação de um presidente interino - 1966, a formação de nova Assembléia Constituinte e a nomeação de outro presidente interino -1967, a eleição de um presidente e um autogolpe - 1968, seguido por um novo golpe militar - 1972, que se estendeu até 1979, ano do retorno à democracia.

Equador e Bolívia possuem uma larga herança histórica de subdesenvolvimento e instabilidade relativamente semelhante à de seus vizinhos andinos, em uma das regiões de maior pobreza e instabilidade na América do Sul. Com o advento da democracia (em 1979 no Equador e em 1982 na Bolívia) e com a implementação das chamadas reformas orientadas para o mercado, novas diretrizes tomaram a ordem do dia, motivadas também por mudanças significativas nos cenários externos e internos.

Guardadas as peculiaridades, os respectivos países possuem significativas similitudes. Ambos apresentaram trajetórias semelhantes tanto em relação à instabilidade política como no histórico recente de crises sociais e quedas presidenciais, mas também na forma peculiar que estas se apresentaram e dos atores envolvidos no processo. Contudo, esses momentos de crise não foram capazes de modificar a aposta na democracia, inclusive com o desenvolvimento de grupos historicamente marginalizados, como os movimentos sociais de caráter majoritariamente étnicos. Autores como Fabiano Santos, Fátima Anastásia e Carlos Ranulfo sustentam que *ao longo do percurso acidentado da reconstrução da democracia, os países da América do Sul passaram por processo simultâneos de diversificação socioeconômica e cultural (...) e da manutenção e ou aprofundamento de padrões de pobreza e desigualdades sociais*. As mudanças positivas em algumas áreas não conseguiram, entretanto, alterar as estruturas sociais, mantendo uma realidade excludente.

Dentre as semelhanças entre Equador e Bolívia podemos citar: a grande dependência externa (principalmente na exportação de hidrocarbonetos), a instabilidade, o surgimento de novos movimentos sociais de caráter majoritariamente étnicos e anti-sistêmicos, além das sucessivas tentativas de reformas constitucionais (como as Assembléias Constituintes), entre outras. Essas discussões trazem novos valores para a política e para a democracia. Ao mesmo tempo reconfiguram outros já tradicionais. De acordo com Marcelo Coutinho¹:

“Em alguma medida toda a região andina se ressentida de um desequilíbrio institucional provocado pela polarização de forças, cujo resultado são crises periódicas, enfraquecimento de governos, recrudescimento de regimes, falta de regras claras de convivência, enfim, um clima de intranqüilidade e tensão permanente que obstaculiza a ordem democrática ao mesmo tempo em que revela sua centralidade”.

Segundo Coutinho, o momento de mudança política experimentado pelas democracias andinas não está terminado, com sérios questionamentos acerca da construção de um modelo viável e inclusivo, principalmente devido as suas dificuldades de realização.

¹ COUTINHO, M. *Democracias andinas: chegando tarde à festa*, 2006

Dentre elas, estão as demandas de maior inclusão de populações historicamente marginalizadas e os desafios impostos pelo neoliberalismo, sem contar com o já citado histórico de exploração e subdesenvolvimento.

Reformas na América Latina, instabilidade e governabilidade

Segundo Conaghan e Malloy,² nenhuma outra palavra foi tão associada a *Estado* como *crise* ao longo da década de 1980, conhecida como *a década perdida*. As crises econômicas do final da década de 1970 coincidiram com o fim dos governos militares.

De acordo com Hofmeister,³ em todo o conjunto de reformas econômicas e políticas atravessadas pelos países da América Latina nos últimos anos, não é possível dissociar as transformações nos âmbitos político e administrativo à estabilidade monetária, ao controle inflacionário, a balança de pagamentos e nem ao poder de atração para investimentos externos. Nessa conjuntura, são observados alguns projetos que, atendendo as demandas contidas nas reformas de Estado, têm por objetivo reorganizar o universo tributário, fiscal, gestor, além da participação política representativa e a organização partidária. Para Diniz, o tema impõe:

*Um diagnóstico acerca da crise de governabilidade que ciclicamente afetou diversos países latino-americanos, em decorrência não só das oscilações do mercado internacional, mas também do fracasso dos experimentos de estabilização econômica levados a efeito, a partir de meados dos anos 80. A percepção da ineficácia dos governos no tratamento de problemas críticos, como a inflação e o endividamento externo, gerou sentimentos de desconfiança e a perda de credibilidade das autoridades e instituições governamentais.*⁴

Para a discussão das reformas do Estado na região, deve-se levar em consideração a dinâmica da implementação das reformas de mercado nos países da América Latina. Para que o *receituário* neoliberal fosse posto em prática, estes países optaram, em sua maioria, pela hipertrofia do Executivo, provocando o seu insulamento. Nas palavras de Diniz: *O*

² CONAGHAN, C. e MALLOY, J. *Unsettling statecraft: democracy and neoliberalism in the Central Andes*, 1994.

³ HOFMEISTER, W. *Reformas políticas en America Latina*, 2004: 8.

⁴ DINIZ, E. *Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea*, 2001.

*ideal da burocracia insulada do escrutínio público, ao aprisionar o Estado à meta inatingível de situar-se acima dos conflitos, termina por produzir mais irracionalidade.*⁵

O principal desafio, na visão de parte da literatura, seria a conexão entre a reforma do Estado e a consolidação democrática. Qual desenho institucional seria mais adequado para essas novas realidades, as poliarquias latino-americanas? Como pensar os incentivos em direção às reformas do Estado no contexto de uma poliarquia? Diniz aponta que os preceitos do Consenso de Washington não podem *ser considerados sob um ponto de vista determinista como se fosse o resultado inexorável do processo de globalização, expressando a lógica inelutável da nova ordem mundial.*⁶ Em sua visão, o aspecto político deve obrigatoriamente ser visto como relevante neste processo, ao contrário do que pensam muitos outros autores acerca do tema. É, grosso modo, a reivindicação para a arena da política de temas vistos anteriormente como exclusivos da teoria econômica.

Os desafios para a consolidação da democracia junto à implementação das reformas de mercados devem ser considerados. Isto ocorre devido aos *super-poderes* dados ao Executivo quando da implementação das reformas, expressos no controle da agenda, permitindo a formação de maiorias partidárias e controle do acesso a patronagem, dispondo assim de meios para ameaçar e impor sanções.⁷

Nas palavras de Mirza,⁸ o poder Executivo e particularmente a Presidência constituem o núcleo central de aplicação das políticas públicas, arbitradas por um conjunto de normas e orientações disputadas na arena política por uma multiplicidade de atores portadores de interesses diversos e contrapostos. A conciliação dessas forças, no entanto, não supõe necessariamente o consenso. Przeworski, por sua vez, ressalta a importância do desenho institucional para as novas democracias latino-americanas, salientando os aspectos políticos e sociais na implementação das reformas:

Instituições políticas bem desenhadas poderiam induzir os governos a se comprometerem acima de tudo com intervenções econômicas socialmente desejáveis, independentemente das suas

⁵ DINIZ, E. *Reforma do Estado, globalização e governabilidade. Uma releitura à luz da teoria democrática contemporânea*, 2003: 6.

⁶ *Idem*: 2.

⁷ FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*, 1999.

⁸ MIRZA, C. A. *Movimientos Sociales y Sistemas Políticos en América Latina*, 2006.

*motivações. Por isso é que, ao meu ver, a reforma do Estado não deveria orientar para limitar o papel do governo na economia, mas sim para melhor equipá-lo para exercer esse papel e para obrigá-lo a prestar contas aos cidadãos.*⁹

Para Conaghan e Malloy,¹⁰ a redemocratização nos países andinos não conseguiu produzir esforços ousados no sentido da inovação institucional, trazendo, na verdade, uma espécie de *polimento* do presidencialismo e um *revival* dos sistemas multipartidários. Com o retorno da política convencional, todos os antigos problemas que atormentaram os sistemas políticos antes do período militar teriam se reafirmado, como a crise de representação, a falta de compromisso social, as relações entre poderes e o problema da legitimidade das instituições públicas. Todos estes se intensificaram com a profunda crise política que esses países enfrentaram nos últimos anos. Os autores afirmam que na maior parte dos países latino-americanos os presidentes receberam autorização dos respectivos Congressos para legislar em situação de emergência, se tornando o expediente preferido para a implementação dos planos econômicos sem a devida discussão popular ou debate legislativo. Sendo assim, Diniz observa que a reforma do Estado na América Latina não teria sido propriamente o enfraquecimento do Estado, expressão que considera pouco elucidativa, mas sim o fortalecimento desproporcional do Executivo, em razão da concentração de poder decisório nessa instância, cada vez mais controlada pela alta tecnocracia, o que enfraqueceu os suportes institucionais da democracia.¹¹

Nesse novo contexto, a autora afirma que governabilidade e governança devem ser utilizados como conceitos complementares, uma vez que são aspectos distintos, porém interligados da ação estatal. Sendo assim:

Governabilidade refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder numa dada sociedade. Nesse sentido, as variações dos graus de governabilidade sofrem o impacto das características gerais do sistema político, como a forma de governo (se parlamentarista ou presidencialista), as relações entre os poderes (maior ou menor assimetria entre Executivo e Legislativo), os sistemas partidários (pluripartidarismo ou bipartidarismo), o sistema de intermediação

⁹ PRZEWORSKI, Adam. *Reforma do Estado – Responsabilidade política e intervenção econômica*, 1996: 19.

¹⁰ CONAGHAN, C. & MALLOY, J. *Unsettling statecraft: democracy and neoliberalism in the Central Andes*, 1994.

¹¹ DINIZ, E. *Globalização, reforma do Estado e teoria democrática contemporânea*, 2001.

*de interesses (corporativista ou pluralista), entre outras características. Não há, porém, fórmulas mágicas para assegurar níveis ótimos de governabilidade. Governança, por outro lado, na acepção aqui utilizada, diz respeito à capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Implica expandir e aperfeiçoar os meios de interlocução e de administração dos conflitos de interesses, fortalecendo os mecanismos que garantam a responsabilização pública dos governantes. Governança refere-se, enfim, à capacidade de inserção do Estado na sociedade, rompendo com a tradição de governo fechado e enclausurado na alta burocracia governamental.*¹²

Alcántara Saez¹³ define governabilidade como a capacidade do governo em tomar decisões e governança como a maneira concreta de exercer a ação do governo, que termina se associando a idéia de uma *boa governança*. Hofmesteir¹⁴ afirma que a instabilidade gerada pela alternância entre períodos democráticos e golpistas no passado recente em praticamente todos os países da América Latina representa uma definitiva dificuldade para legitimar meios sólidos de governabilidade. Esses processos, segundo o autor, se desenvolveram em uma grande precariedade institucional, resultando no desvio do funcionamento dos respectivos sistemas políticos, que não conseguiram criar mecanismos sólidos de acesso aos direitos civis, sociais e políticos.

Philippe Faucher,¹⁵ tomando por base uma resenha da literatura norte-americana contemporânea, entende governabilidade como o grau em que os detentores do poder conseguem tomar decisões, obtendo a concordância de todos os atores envolvidos (ou torná-las impositivas) e implementá-las por meio de procedimentos estabelecidos. Esta definição se baseia na de Coppedge (1993): "Governabilidade é o grau em que as relações entre atores estratégicos obedece a preceitos estáveis e mutuamente aceitáveis".

Já Maria Helena Castro Santos¹⁶ chama a atenção para o conceito de "capacidade governativa", justificando sua utilização em razão da dificuldade da literatura da área em distinguir precisamente as diferenças entre o conceito de *governance* do conceito de

¹² *Idem.*

¹³ ALCÁNTARA SAEZ, M. *Governabilidad en América Latina y la aparición de nuevos actores*, 2004.

¹⁴ HOFMEISTER, W. *Reformas políticas em América Latina*, 2004: 10.

¹⁵ FAUCHER, Philippe. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se Acertou? *Dados*, 1997, v. 41 n. 1.

¹⁶ SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. *Dados*, 1997, vol.40, no.3.

governabilidade. Sendo assim, afirma que um sistema político é dotado de capacidade governativa se for capaz de: (i) identificar problemas da sociedade e formular políticas públicas, isto é, oferecer soluções; e (ii) implementar as políticas formuladas, mobilizando para isso meios e recursos políticos, organizacionais e financeiros necessários.

Para autores como Coutinho, as crises institucionais do fim do século na América Latina teriam motivado uma nova mudança de paradigma analítico. Em sua opinião, nem mesmo os mais entusiastas da *consolidação democrática* acreditariam na extinção de todas as ameaças à democracia. O autor conceitua crises institucionais como:

*Uma ameaça de ruptura ou colapso repentino de regras e organizações do regime político. Uma certa crise surgiria, por exemplo, com o impasse entre as duas instituições do regime, com manifestações organizadas contra este regime ou com profundo e crescente descrédito de suas instituições.*¹⁷

Um dos conceitos diretamente relacionado à estabilidade de um regime político de maior expressão na literatura contemporânea é o de *veto player*, formulado por Tsebelis.¹⁸ O autor define um *veto player* como um ator individual ou coletivo cuja concordância - pela regra da maioria no caso dos atores coletivos - é requerida para tomar a decisão de mudar uma política. Trata-se, portanto, de qualquer ator - institucional ou partidário - capaz de bloquear a adoção de uma política. Tal conceito se origina na idéia de pesos e contrapesos originária da Constituição dos Estados Unidos e nos textos constitucionais clássicos do século XVIII.

O autor admite a ampliação do conceito de *veto player* para incluir as Cortes Supremas, as maiorias qualificadas, as estruturas corporativistas do processo decisórios, os governos locais e outros mecanismos institucionais. Na análise dos casos da Bolívia e do Equador, ampliou a tipologia dos *veto players* para a atuação dos movimentos sociais, que não foi originalmente imaginada por Tsebelis.

¹⁷ COUTINHO, M. *Crises institucionais e mudança política na América do Sul*, 2005: 58.

¹⁸ TSEBELIS, G. *Processo decisório em sistemas políticos - veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo*, 1997.

Período escolhido

Ao longo de quinze anos, a Bolívia manteve relativa estabilidade política e econômica com base em governos de coalizão estáveis e em um moderado crescimento econômico. Nesse período, foram percebidas significativas melhorias em alguns indicadores sociais. Contudo, o país não conseguiu evitar o aumento da desigualdade. Já o mesmo período no Equador é bem menos estável. Com a grave crise econômica que ambos os países sofreram no final da década de 1990, a intensa desigualdade provocou mudanças. Nesse momento, com o desenvolvimento de grupos étnicos e o surgimento de novas demandas, as crises políticas se tornaram crônicas.

Na Bolívia, o período compreende o primeiro governo de Sanchez de Lozada, (1993-1997) e o mandato de Hugo Banzer (1996-2001), quando deixou o poder em razão de doença. Este foi substituído pelo governo de transição de Jorge Quiroga (2001-2002). Nesse mesmo ano, a população elegeu novamente Gonzalo Sanchez de Lozada, o qual foi obrigado a renunciar no ano seguinte, sendo substituído pelo seu vice, Carlos Mesa, que também abdicou da presidência em 2005. Em seu lugar, assumiu o presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez Veltzé, que antecipou as eleições presidenciais, parlamentares e de governadores para dezembro do mesmo ano, vencidas em primeiro turno pelo candidato do Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales Ayma.

O Equador é um país com um histórico recente de lutas políticas e de forte polarização ideológica que têm resultado em curtos mandatos presidenciais. Desde meados dos anos 1990 nenhum presidente conseguiu concluir o mandato de quatro anos. O primeiro governo analisado é o de Sixto Durán Ballén (1992-1996), último presidente a terminar seu mandato. Abdalá Bucaram Ortiz, presidente eleito em 1996, permaneceu apenas 186 dias no cargo. Foi substituído pelo presidente do Congresso Fabián Alarcón, que antecipou as eleições presidenciais, vencidas por Jamil Mahuad Witt (1998), que permaneceu apenas um ano e meio no poder, destituído por um golpe militar com o apoio dos indígenas. Em seu lugar assumiu Gustavo Noboa, responsável pelo governo de transição até a eleição de Lúcio Gutiérrez Borbúa (2002), que comandou o país por dois anos e quatro meses, sendo deposto pelo Congresso e obrigado a fugir. A presidência é

assumida por seu vice, Alfredo Palacio, em maio de 2005, administrando o país até 15 de janeiro de 2007, data em que Rafael Correa toma posse.

Como já destacado anteriormente, a sociedade equatoriana atravessou profundas transformações na sua estrutura social, tanto do ponto de vista da distribuição de renda, quanto dos mecanismos de organização da ação coletiva. É possível dizer que a segunda metade dos anos 1990 é o ponto culminante desse processo, com efeitos até os dias atuais. Ao mesmo tempo, os três últimos presidentes coincidiram numa agenda mais sintonizada com as reformas neoliberais. As principais questões de disputas entre os grupos políticos e partidários envolveram, basicamente, as sucessivas tentativas de aplicação das políticas de ajuste estrutural propugnadas pelas agências financeiras internacionais como condição para obtenção de novas linhas de crédito e renegociação de dívidas. Essas medidas têm recomendado uma reforma tributária que suprime os subsídios estatais para agricultura, combustíveis e gás natural, elevando a carga tributária e produzindo inflação.

Atuação dos movimentos sociais

A atuação de determinados movimentos sociais no período de 1992 a 2006 foi determinante para a definição da governabilidade. A intenção dessa seção é analisar a importância, ação e construção de determinados movimentos sociais equatorianos e bolivianos e sua relação direta com o Poder Executivo de seus respectivos países. Para tal, início com uma breve retrospectiva sobre a gênese e o desenvolvimento dos mesmos, dando ênfase aos movimentos indígenas.

Inicialmente, é necessário lembrar que durante todo o século XX os indígenas, quando incorporados ao Estado, sempre o foram na condição de camponeses, ligados à concepção de luta de classes. Ambos os países se inserem numa tradição comum aos países andinos, em que o Estado desenvolveu políticas de inclusão das populações indígenas por meio de estratégias corporativas. Essas estratégias, comuns nos anos 1970, criaram incentivos para a inclusão econômica dessas populações e reconheceram mecanismos de interlocução com o Estado, capazes de regular conflitos e diminuir as dissensões étnicas.

No entanto, tais reformas geraram expectativas que nunca foram alcançadas. Novas variedades de racismo e discriminação apareceram, tomando o lugar das antigas. Nesse contexto, as comunidades indígenas iniciaram movimentos na busca de maior respeito, inclusão e autonomia. Os indígenas ainda continuavam como “subordinados étnicos” e tiveram acesso desigual à programas sociais do governo e ao Estado de uma forma geral, mesmo com a retomada da democracia.

A partir do final dos anos 1970, houve uma reconsideração de tais movimentos e a identidade étnica começou a tomar força. Como condições para o surgimento desse novo modelo de movimentos sociais e de suas reivindicações, é necessário refletir sobre o isolamento político dos movimentos sindicais e trabalhistas clássicos ao longo da década de 1980 em virtude das novas demandas surgidas pela globalização.

No caso boliviano, mesmo os movimentos étnicos sempre foram muito ligados ao movimento sindical, sendo que as demandas de caráter étnico (indígena) foram sendo agregadas posteriormente. Na Bolívia, no entanto, não podemos falar de um movimento indígena coeso, uma vez que há uma clara separação entre grupos indígenas, especificamente os movimentos indígenas Katari e os indianistas.

Também o caso equatoriano está ligado em sua gênese aos movimentos camponeses e a federações sindicais. O regime corporativista que norteou grande parte da população indígena ao longo do século XX foi forjado por quatro leis fundamentais. Essas reformas redesenharam as áreas rurais do país. No entanto, não foram capazes de modificar toda a identidade originária, permanecendo ainda boa parte da cultura e algumas poucas comunidades indígenas intactas. Yashar sustenta que “*Laws designed to incorporate Indians also provided the tools for securing enclaves of cultural political and material autonomy*”.¹⁹ Contudo, desde a fundação da Confederação das Nacionalidades Indígenas Equatorianas (Conaie) em 1986, o debate tomou muito mais a tonalidade das demandas étnicas. No ano de 1990 esta organização assume o protagonismo do cenário político com os diversos bloqueios que paralisam o país, que se desenrolam desde então com grande frequência.²⁰

¹⁹ YASHAR, Debra. *Contesting Citizenship in Latin América*, p.88.

²⁰ O Equador destaca-se na região dos Andes como um dos poucos países que conseguiram articular uma confederação indígena unificada e mobilizar uma identidade étnica e programática, embora isso não tenha

Com a consolidação desses incentivos para ação coletiva crescem significativamente as mobilizações sociais. Diante de um sistema partidário fragmentado no qual nenhum partido detém mais que 20% do eleitorado, aumentam também os incentivos para a organização de novos partidos. Diante de tais alavancagens, e após um período de grandes mobilizações, a Conaie opta pela organização de um partido próprio em 1995, o Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik Novo País (PK), tornando-se a primeira organização indígena no Equador a formar seu próprio partido político. Com a institucionalização desse movimento social, as mobilizações que vão levar ao fim prematuro de governos a partir de 1996 sempre tiveram como principais protagonistas representantes do movimento indígena. Segundo Van Cott, o declínio da Esquerda Democrática após o governo de Rodrigo Borja (1988-1992) como principal força de esquerda do país, bem como a constituição do sistema partidário equatoriano, relativamente fragmentado, não registrando nenhum partido dominante desde o retorno da democracia, possibilitaram a criação do Pachakutik.

Nas palavras de Saltos Galarza, a explicação para a progressiva ampliação das demandas do movimento indígena:

“En pocas palabras puede decirse que lo que en sus inicios emergió como un conflicto de carácter étnico se ha ido desplazado hacia un tipo de interpretación global a la matriz de dominación política y al modelo de conducción económica imperantes en el país durante la década que acaba de terminar. A las aristas de corte étnico e campesino se han sumado, de esta forma, variables “clasistas”, éticas y propiamente políticas.”²¹

Na década de 1990, o movimento indígena equatoriano adquiriu uma presença pública muito importante. A Conaie e suas organizações protagonizaram levantamientos em julho de 1990, abril de 1992, junho 1994; janeiro e fevereiro de 1997, janeiro de 2000 e janeiro de 2001. Os levantes indígenas são formas de ação coletiva por meio das quais as comunidades bloqueiam as estradas e marcham até as capitais de província e Quito para

significado, ainda, uma representação parlamentar proporcional, ou mesmo a eleição de um indígena à presidência, como ocorreu na Bolívia.

²¹ SALTOS GALARZA, Napoleón 2001. Movimiento indígena y movimientos sociales: encuentros y desencuentros.

ocupar os espaços e os símbolos do poder e apresentar suas demandas. Os levantes foram importantes nas destituições dos presidentes Bucaram e Mahuad.²²

Desde então, a principal estratégia eleitoral utilizada pelo Pachakutik foi o apoio a outros candidatos nas eleições presidenciais, e nunca a constituição de uma candidatura própria. Muitos analistas consideram que este foi o principal erro estratégico da Conaie, já que os candidatos apoiados por ela chegaram à presidência e não foram capazes de atender as demandas da maioria da população. Ao contrário, potencializou ainda mais a já clássica instabilidade crônica desse país.

Os movimentos sociais de caráter étnico no Equador e na Bolívia se distinguem dos tradicionais movimentos sociais do passado, com novas reivindicações e formação muito mais abrangente. São constituídos em sua maioria por parcela excluída da população, transformando-se, ao longo dos anos, em verdadeiras potências sociais no interior da política de seus respectivos países. Estão focados principalmente nas novas demandas impostas pelos efeitos da globalização e por maior inclusão social e política. Após anos de experiência democrática, estes movimentos tomam vulto, entram para a política formal, chegando até mesmo à presidência, como é o caso boliviano.

Tais movimentos sociais acabaram constituindo-se como verdadeiros grupos de pressão organizados em torno de seus interesses. A maior prova é a cristalização de suas principais demandas em interesses nacionais, passando a construir boa parte da agenda política do país, como por exemplo: pela instauração de uma Assembléia Constituinte, em curso na Bolívia e já realizada em 1998 no Equador; nos protestos contrários ao aprofundamento das relações e a assinatura de tratados de livre comércio com os Estados Unidos e em temas relativos à exploração e exportação de hidrocarbonetos.

Acredito ser válido analisar em perspectiva comparada a atuação de ambos os movimentos e seus impactos na política doméstica, bem como sua organização e clara opção pela disputa eleitoral, com a constituição de partidos políticos com forte participação étnica, como é o caso do partido indígena Movimento Pachakutik (PK) no Equador e do Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia. Como afirma Freinderberg, com a formação do Pachakutik ocorre a tradução de linhas de tensão étnicas ao nível das organizações

²² LA TORRE, Carlos. *Populismo, democracia protestos e crises políticas no Equador*, p19.

políticas. Desta maneira, o conflito passa a ser não só no nível social, mas também a estruturar o sistema de partidos. Com a institucionalização desse movimento social, as mobilizações que vão levar ao fim prematuro de governos a partir de 1996 sempre tiveram como principais protagonistas representantes do movimento indígena. Aqui, portanto, cabe um maior aprofundamento entre a linha de ação dos partidos políticos tradicionais e dos movimentos políticos. Uma das indicações de analistas²³ é de que os partidos teriam maior comprometimento com o jogo e as instituições democráticas, que não seria compartilhada na mesma medida pelos movimentos. Estes, quando não atingem o poder, constituem influentes grupos de pressão nem sempre inseridos na lógica democrática, chegando até a utilização de diversas táticas que poderiam ser consideradas mais radicais, como forma de barganha política.

Nesse caso, a Conaie/Pachakutik atua em duas frentes. Como partido, influenciando diretamente na dinâmica institucional: propondo leis, promovendo vetos às iniciativas do Executivo, iniciando o processo de juízo político contra o presidente; e como movimento social, sendo o principal promotor das greves e manifestações que paralisam o país, com seu alto poder de barganha.

De acordo com Susana Segovia,²⁴ a instabilidade econômica e política do Equador desde o retorno da democracia promoveram a consolidação de espaços extra-institucionais onde os movimentos sociais - em especial o movimento indígena - discutem, rechaçam e apresentam alternativas à aplicação das reformas econômicas e políticas pelo Executivo equatoriano. Deste modo, o movimento indígena do Equador teria conquistado e consolidado seus próprios canais de participação, seja aproveitando os espaços institucionais, ou impulsionando novas vias de contestação extra-institucional, como ocorre na tomada de estradas, bloqueio de vias, invasões ao parlamento, etc. Assim, ocorre a articulação do discurso histórico e étnico cultural com os conteúdos anti-neoliberais, constituindo especificidade ao movimento indígena do país, que se converteu no principal ator de contestação ao Estado.

²³ FREIDENBERG, Flavia & Alcantara, Manuel (org.). *Partidos políticos de America Latina, Paises Andinos*. 2003.

²⁴ SEGOVIA, Susana. *Indigenismo y movilización en Ecuador*, 2004.

Deste modo, parece claro que a *policy switch*²⁵ (que pode ser traduzida para o português como *estelionato eleitoral ou mudança programática* - para explicar a mudança de rumos entre as propostas realizadas durante a campanha eleitoral e o momento imediatamente posterior, quando o candidato é eleito e assume o caminho oposto ao prometido), empregada por seguidos presidentes na Bolívia e no Equador (principalmente neste país) tornou-se um dos principais motivos de insatisfação popular, senão o principal. De forma bastante semelhante, esses presidentes foram eleitos com plataformas e alianças de centro-esquerda, prometendo medidas populares e contrárias ao neoliberalismo e, uma vez no poder, realizavam exatamente o oposto, ampliando ainda mais as reformas, realizando novos acordos com organismos internacionais de financiamento e aprofundando ainda mais os ajustes macroeconômicos.²⁶ Também quase como uma fórmula, tais presidentes não se mantiveram no poder, em grande parte pelas pressões populares patrocinadas em sua maioria pelos movimentos sociais organizados.

Inúmeras foram as mobilizações, protestos e greves empreendidas. Tais movimentos muitas vezes chegaram a questionar frontalmente a ordem institucional dos respectivos países, como no caso da invasão de cidadãos equatorianos ao Congresso Nacional e ao Palácio Presidencial de Carondelet, que acabaram sendo decisivas para a queda tanto de Jamil Mahuad (2000) como de Lúcio Gutiérrez (2005). No caso boliviano, os protestos populares chegaram a sitiar a capital La Paz, resultando em um grande número de mortos e feridos, sendo o principal motivo para a renúncia consecutiva de dois presidentes: Gonzalo Sanchez de Losada (2003) e Carlos Mesa (2005).

Apesar das dissensões internas, provavelmente o aspecto mais importante dos movimentos sociais de ambos os países é o alto poder de mobilização de um grande contingente de cidadãos, não somente indígenas, e principalmente a transformação de um movimento social em um ator político relevante dotado de grande poder de veto em relação às políticas conservadoras empreendidas pelo Executivo.

²⁵ STOKES, Susan. (2001) *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*.

²⁶ Um exemplo quase que didático pode ser constatado no breve governo de Abdalá Bucaram no Equador, quando em apenas sete meses ele tentou implantar um pacote radical de reformas econômicas, com aumentos de 1.000% nas tarifas telefônicas, 300% nas tarifas elétricas e 60% nas dos transportes, o que resultou numa greve geral que paralisou o país e levou à sua deposição.

Sistema político e conflitos entre poderes

O objetivo dessa seção é analisar o desenho do sistema político dos países em questão e suas implicações para a governabilidade. As relações entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, constituem um dos principais elementos para a manutenção da governabilidade no Equador, Bolívia e Argentina. De acordo com teóricos como Simon Pachano,²⁷ uma das principais dificuldades desses países seria a formação de maiorias parlamentares para a sustentação dos governos. Nesse sentido, as negociações do Executivo junto ao Legislativo, em especial aos partidos políticos, sempre constituiriam motivo de tensão e barganha política. Frequentemente os partidos capitalizariam as insatisfações populares visando o aumento de seu poder de negociação, deflagrando muitas vezes o início de uma crise ou mesmo um conflito aberto entre poderes. Uma das indicações dadas pela teoria é a utilização do conceito de paralisia decisória,²⁸ já que há uma forte polarização entre os atores nos respectivos países. Tomando a paralisia decisória como fenômeno a ser explicado, Wanderley Guilherme dos Santos sugere que os processos que a produziram foram: 1) a fragmentação dos recursos de poder -acompanhada da radicalização ideológica; 2) a fragilidade e a inconstância das coalizões que se formaram no parlamento e 3) a instabilidade governamental, definida como rotatividade dos titulares de pastas ministeriais e de agências estatais.

Essa dinâmica pode ser percebida, no Equador, no mandato de Lúcio Gutiérrez. O ex-coronel foi eleito com um discurso reformista, contrário aos ajustes macroeconômicos e a dependência externa, contando com o apoio de uma coalizão de centro-esquerda que incluía o partido indígena Movimento Pachakutik. Logo nos primeiros meses de governo tomou direção oposta à prometida. Esse movimento, por sua vez, acabou gerando a perda gradual de sua base de sustentação parlamentar. O Pachakutik foi o primeiro a abandonar o governo, sendo seguido posteriormente por outros partidos. Com isso, a bancada do governo no Congresso Nacional (que é unicameral) ficou reduzida a apenas oito deputados,

²⁷ PACHANO, Simón. *El proceso electoral ecuatoriano*. 2006.

²⁸ SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. 1986: 10.

de um total de cem cadeiras. O que ocorreu, em seguida, foi o progressivo deslocamento ideológico das relações de forças partidária e a recomposição da base parlamentar com vistas a uma maior estabilidade para consecução das políticas de ajuste fiscal. Nesse sentido, Gutiérrez incorporou sete novos ministros dos partidos de centro-direita, recuperando a maioria no Congresso.

Poucos meses depois, os partidos que apoiaram Gutiérrez nos primeiros meses de seu mandato foram os mesmos que promoveram uma pesada ofensiva de oposição, iniciando um processo de impedimento do presidente. A partir de março de 2005, o potencial de conflito entre as forças políticas equatorianas atingiu um nível em que os custos de supressão do adversário passaram a se tornar menores que os da tolerância, rompendo uma “segurança mútua”.²⁹ Com o apoio da nova maioria, Gutiérrez implementou uma série de reformas, entre elas modificações nas Cortes Supremas do país (que são partidárias), retirando os juízes filiados aos partidos de oposição e substituindo-os por magistrados de partidos fiéis ao regime. Em seguida, líderes da oposição convocaram os equatorianos às ruas pedindo a renúncia imediata do presidente. Por fim, estudantes acabam por invadir o prédio do Congresso Nacional, enquanto deputados destituem o então presidente do Congresso, seguindo-se a votação do impedimento de Gutiérrez sob a alegação de “abandono de cargo”, ainda que o então presidente estivesse todo o tempo em seu gabinete. No contexto regional, a intervenção na Suprema Corte é um dos expedientes mais utilizados por governantes que desejam um amplo controle do país revestido de uma suposta aparência de constitucionalidade. Do mesmo modo agiu Menem, aumentando o número de juízes da Suprema Corte Argentina, estabelecendo um amplo controle do país para realizar o pacote de reformas neoliberais.

Os conflitos entre poderes também podem ser percebidos nas sucessivas tentativas de reforma constitucional nos países em questão. Foi o que aconteceu no caso do referendo nacional para a regulação dos hidrocarbonetos na Bolívia. Ainda que o governo de Carlos Mesa tivesse obtido relativo sucesso nas cinco perguntas formuladas na ocasião, oscilando entre 54% e 92% de aprovação, várias dificuldades foram postas na promulgação de novas leis. Desta forma, o referendo acabou sendo mais um plebiscito sobre o governo Mesa, além de ter tido sua validade questionada por constitucionalistas, que consideraram as

²⁹ DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997

perguntas muito ambíguas para serem transformadas em lei. A nova Lei de Hidrocarbonetos só foi aprovada pelo Congresso após dois anos de debates. Na ocasião, o presidente Mesa chegou a anunciar sua intenção de vetar integralmente a mesma, mas foi demovido por intensos protestos populares. A posterior renúncia de Mesa, devido a sua incapacidade de atender às demandas de diversos setores do país, aparentemente parece ter sido a única solução possível para o impasse instaurado. Sua renúncia, segundo Cristina Alexandre: *permitiu aos atores políticos em cena a construção de um consenso mínimo em torno da posse do presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez, para comandar um governo de transição.*

De acordo com Simón Pachano, as sucessivas reformas constitucionais e legais acabaram fortalecendo os respectivos presidentes, levando o Legislativo ao bloqueio das iniciativas do Executivo como moeda de uso corrente e principal estratégia de barganha política. Charles Pessanha afirma que os processos de transição política que se realizaram na América Latina, em sua maioria, foram consolidados com mudanças constitucionais que, em alguns casos, sofreram descontinuidades ou profundas modificações, através da introdução de sucessivas emendas e mesmo a desobediência ao texto constitucional produzido por maiorias parlamentares, sem a *devida atenção aos princípios republicanos, responsáveis pelos limites e pelos instrumentos populares adequados ao controle do poder político.*³⁰

Uma das principais controvérsias da literatura em relação a esta questão, presente em autores como Pessanha, Amorim Neto, Santos, Limongi e Figueiredo procura entender se na verdade a atuação do Executivo seria uma espécie de *usurpação* das funções legislativas do parlamento ou se, ao contrário, trata-se de uma *delegação* do parlamento ao Executivo, para que este último pudesse ter a relativa liberdade de ação necessária à condução de reformas políticas e econômicas sem a necessidade constante de negociação. Refletindo sobre a questão, Pessanha argumenta que ao longo do século XX, operou-se um movimento de transferência gradativa da iniciativa da legislação para o Poder Executivo.

³⁰ PESSANHA, Charles. O Poder Executivo e o processo legislativo nas Constituições brasileiras – teoria e prática, 2002: 146.

Outro diferencial entre os dois países está na capacidade de decreto presidencial. Na Bolívia o presidente não possui medidas provisórias ou pedido de urgência. O instrumento constitucional que mais se assemelharia, no caso boliviano, é o Decreto Supremo. No entanto, o mesmo não possui força de lei. Deste modo, no breve governo de Carlos Mesa, por exemplo, que contava com um mínimo apoio parlamentar, a grande maioria de suas ações esbarrava no Congresso, onde não tinha maioria. Acentuando ainda mais o conflito Executivo-Legislativo, justificava o fracasso de suas políticas depositando a culpa em uma suposta má vontade do Congresso Nacional.

Já os presidentes equatorianos possuem ambos os instrumentos constitucionais, o que lhes dá maior poder de ação. No entanto, a aprovação das iniciativas do Executivo no Congresso Nacional, na maioria das vezes, não foi fácil. Geralmente, a negociação é liderada pelo Ministro de Governo equatoriano junto aos líderes dos principais partidos. Ainda que ele consiga obter o voto dos principais partidos, há uma espécie de “segundo turno” de negociações na Corte Suprema de Justiça (CSJ), que, como já dito, é partidarizada. Se em alguma dessas negociações o Ministro de Governo não obtenha sucesso, o usual é que apresente sua renúncia, para que seu substituto possa recomeçar as negociações, aumentando ainda mais a instabilidade ministerial equatoriana.

Conclusões

As demandas indígenas são relativamente novas no cenário mundial. Primordialmente, é necessário lembrar que durante todo o século XX os indígenas, quando incorporados ao Estado, sempre o foram na condição de camponeses, estreitamente ligados à teoria de luta de classes e aos meios e modos de produção. A partir do final dos anos 1970, com o esgotamento desse modelo analítico, houve uma reconsideração de tais movimentos e a identidade étnica começou a tomar força.

As diferenças entre a cosmovisão indígena e a visão tradicional ocidental de ver o mundo constituem a grande chave para entender as reivindicações desses grupos. O que eles desejam e a possibilidade regulamentada pelo Estado de exercerem e transmitirem seus conhecimentos ancestrais, como no caso da luta do movimento indígena equatoriano por

um Estado plurinacional. É a aceitação da diferença como princípio básico e inscrito de forma positiva nas leis do país. Ao mesmo tempo, estão inseridos nas demandas contemporâneas e na luta direta pelo poder.

Equador e Bolívia possuem grandes diferenças e semelhanças. Mesmo que ambos os países tenham passado por momentos de grande crise no período estudado, ainda assim, permaneceram no sistema democrático, inclusive com o surgimento e desenvolvimento de grupos historicamente marginalizados, como os movimentos sociais de caráter majoritariamente étnicos.

Uma das questões que se coloca é saber se o período estudado pode ser caracterizado por uma espécie de revolta aos efeitos da democracia delegativa,³¹ a mesma que permitiu a implementação das reformas orientadas para o mercado nos anos 1980 e 1990 e que não conseguiu reduzir a pobreza ou trazer maior inclusão social. Seria interessante analisar se determinadas instituições que delegaram “superpoderes” ao Executivo ainda estão dispostos a essa delegação, ou ainda se não estão empreendendo o caminho oposto, buscando novamente a equidade na balança de poderes, o que acabaria resultando no histórico recente de crises nos países analisados.

Essa discussão nos leva diretamente a necessidade da tentativa de medição dos graus de liberdade de ação dos respectivos presidentes perante esse novo cenário político, que reflete obrigatoriamente em suas condições de governabilidade. Apesar de contar com a grande legitimidade conferida pelo sufrágio popular, ele não pode contar apenas com ela, mas sim negociar constantemente sua governabilidade, principalmente com os movimentos sociais de caráter étnico.

No entanto, um forte componente das democracias delegativas persiste no imaginário popular: o de que o presidente se torna o único responsável pelos sucessos e fracassos de suas políticas, o que acaba tornando-o efetivamente mais vulnerável ainda as crises que podem levar a sua queda.

No caso boliviano, assim como no Equador, há uma grande descrença da política tradicional. Um dos maiores motivos de descontentamento popular é gerado pela forma

³¹ O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n° 31, 1991: 25-40.

como está estruturado o sistema eleitoral do país, mais especificamente o fato da eleição presidencial boliviana não ter no segundo turno o voto dos cidadãos, e sim a escolha pelo Congresso Nacional entre os dois candidatos mais bem colocados no primeiro turno, que era apoiado por apenas 11,7% da população, como ocorreu em 2002.

Uma das razões para o sucesso do atual presidente Evo Morales e de seu partido, o Movimento ao Socialismo (MAS) residiria exatamente aí. Tomando o caminho oposto dos tradicionais partidos bolivianos e criticando a classe e o sistema político do país, Morales conseguiu atrair grande eleitorado. Como resultado de sua ação, o candidato do MAS conquistou maioria absoluta em primeiro turno, com 53,7% dos votos, em uma eleição que teve a mais alta taxa de participação em mais de vinte anos de democracia (85%). Pela primeira vez em sua história, os bolivianos elegeram um presidente indígena. Assim, eleito no primeiro turno, Morales conquistou grande apoio popular que lhe trouxe legitimidade para suas ações, algo tão difícil para seus antecessores. Ainda nessa eleição, segundo Alexandre, *“Caíram os três pilares que embasavam a democracia pactuada: o MNR teve apenas oito representantes eleitos, o MIR não elegeu nenhum candidato parlamentar, e a ADN foi extinta, com alguns de seus membros transferindo-se para o Podemos”*. Por outro lado, a ascensão do partido cocaleiro indígena MAS, teria sido o resultado de um processo que já vinha se desenvolvendo desde a década de 1990, ao mesmo tempo em que ocorria o enfraquecimento de outros grupos que representavam a esquerda tradicional do país.

Neste ponto poderíamos afirmar a principal diferença entre o sucesso eleitoral do MAS, tanto em sua grande representação parlamentar como na conquista da presidência da Bolívia, em relação ao seu quase homólogo no Equador, o partido indígena Movimento Pachakutik (PK). No Equador, os partidos políticos tradicionais não foram tão enfraquecidos como na Bolívia, pelo contrário, se mantiveram importantes no cenário político.

De forma que os parlamentos dos dois países aumentaram ao longo do tempo sua capacidade de accountability horizontal, chegando a momentos inclusive de paralisia decisória,³² onde podemos caracterizar a atuação do Legislativo e do Executivo como um jogo de soma zero. De forma parecida atuaram os movimentos sociais em períodos de

³² Santos, Wanderley Guilherme. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*.

crise. As manifestações populares chegavam a tal grau de intensidade, que a única reivindicação possível era a renúncia ou destituição do mandatário em exercício. Paralelo a esses dois movimentos, temos a pressão exercida por organismos internacionais, desejosos que ambos os países cumprissem a risca a agenda ortodoxa a que condicionavam a aprovação dos inúmeros empréstimos, sendo assim mais um expressivo componente na já difícil estabilidade política desses países.

A perda do apoio do Legislativo e das ruas constitui o principal problema para o Executivo. Muitos acabam cedendo a tentação do isolacionismo, que os coloca em uma situação de conflito aberto com as outras forças atuantes no país, ocasionando, via de regra, a sua queda. Do mesmo modo, como a grande maioria da população não se percebe como destino das políticas implementadas pelo Executivo, a legitimidade e o apoio inicial do presidente vão aos poucos sendo reduzido, até chegar à total desconfiança.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *Breve história econômica do Equador*. Ed. Funag/IPRI, 2006.

ALEXANDRE, Cristina. *Bolívia: instabilidade política e dificuldade de inserção regional*. In: Maria Regina Soares de Lima; Marcelo Coutinho (orgs). *A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI*. Ed. Funag (no prelo).

AMORIM NETO, Octávio. *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANASTASIA, F.; RANULFO, C. & SANTOS, F. *Governabilidade e representação política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer/Fundação Unesp Ed, 2004.

BURT, J.-M. & MAUCERI, P. (eds.). *Politics in the Andes: Identity, conflict and reform*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press. 2004.

CHANG, Ha Joon, *Globalization, economic development, and the role of the state*. London; New York: Zed Books, 2003.

COELHO, André Luiz e SANTANA, Carlos Henrique. *Democracia e desenvolvimento no Equador: Instabilidade crônica e estelionato eleitoral*. In: Maria Regina Soares de Lima; Marcelo Coutinho (orgs). *A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI*. Ed. Funag, 2007.

CONAGHAN, Catherine M. & MALLOY, James M. (1994), *Unsettling statecraft: democracy and neoliberalism in the Central Andes*. Pittsburgh/London, University of Pittsburgh Press, 1994.

COUTINHO, Marcelo J. V. (2005) *Crises institucionais e mudança política na América do Sul*. Tese de doutorado Ciência Política, Rio de Janeiro, IUPERJ.

COUTINHO, Marcelo J. V. *Democracias andinas: chegando tarde a festa*. Paper apresentado na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2006.

DAHL, Robert Alan. *“Poliarquia: participação e oposição”*. São Paulo: EDUSP, 1997.

DÁVALOS, P. (ed.). *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. Buenos Aires, Clacso Libros, 2005.

DINIZ, Eli. Governabilidade, governança e reforma do Estado. *Revista do Serviço Público*. Brasília, vol. 120, 1996.

_____. Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea. *São Paulo Perspectiva*. São Paulo, vol.15, n° 4, Dez. 2001.

FALCONI BENÍTEZ, Fander. La economía ecuatoriana y sus relaciones con la economía regional y mundial. In: VILHENA de ARAUJO, Heloisa. *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais - IPRI, 2004.

FAUCHER, Philippe. Restaurando a Governabilidade: O Brasil (afinal) se Acertou? *Dados*, 1997, v. 41 n. 1.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Instituições e política no controle do Executivo. *Dados*. Rio de Janeiro, vol.44, n° 4, 2001: 689-727.

FIGUEIREDO, Argelina C. e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 1999.

FREIDENBERG, Flavia & ALCANTARA, Manuel (coords.) *Partidos políticos de America Latina, Paises Andinos*. México, Instituto Federal Electoral/Fondo de Cultura Económica, 2003.

FREIDENBERG, Flavia. Fracturas sociales y sistemas de partidos en Ecuador. In: (ed.). *Etnicidad, autonomia y gobernabilidad en América Latina*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004.

HOLFMEISTER, Wilhelm (org.). *Reformas políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

LASERNA, Roberto e SCHWARBZBAUER, Anette. *Bolívia: movimentos sociais e problemas de governabilidade*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

LA TORRE, Carlos. *Populismo, Democracia e Crises Políticas recorrentes no Equador*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

- LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia – Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América Latina – la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – Clacso, 2006.
- NIEVEZ ZUÑIGA GARCIA, Falces. Emergência del Movimento Indígena in América Latina. In: (ed.). *Etnicidad, autonomia y gobernabilidad en América Latina*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2004.
- O'DONNELL, Guillermo. *Democracia Delegativa?* in *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, 1991.
- _____. *Accountability Horizontal e Novas Poliarquias*. Lua Nova, n° 4, 1998.
- VILHENA DE ARAÚJO, Heloisa (org.). *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI, 2004.
- PACHANO, Simón. *El proceso electoral ecuatoriano*. ARI n° 101/2006. Disponível em <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/1042.asp>.
- PACHANO, Simón (org.). *Political Institutions, Policymaking Processes, and Policy Outcomes in Ecuador*. FLACSO-Ecuador - Latin American Research Network, Inter-American Development Bank, 2004.
- PESSANHA, Charles. O poder executivo e o processo legislativo nas Constituições brasileiras – teoria e prática. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). *A democracia e os três poderes no Brasil*. Belo Horizonte / Rio de Janeiro: UFMG/ IUPERJ/FAPERJ, 2002.
- POSTERO, Nancy, G & ZAMOSC, Leon (eds). *The struggle for Indigenous rights in Latin America*. Brighton, Sussex Academic Press, 2004.
- PNUD, Relatório. *A Democracia na América Latina*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, 2004.
- REFORMAS políticas em América Latina. Organizado por Wilhelm Hofmeister. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- SANTOS, Wanderley G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice, 1986.

SANTOS, Maria Helena de Castro. *Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. Dados*, 1997, vol.40, no.3.

SEGOVIA, Susana. Indigenismo y movilización en Ecuador. In: (ed.). *Etnicidad, autonomía y gobernabilidad en América Latina*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2004.

STOKES, Susan. *Mandates and democracy: neoliberalism by surprise in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

TSEBELIS, George. *Processo político em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo*. in RBCS, vol 12, n° 34, 1997.

VAN COTT, Donna L. *From movements to parties in Latin America: the evolution of ethnic politics*. New York, Cambridge University Press, 2005.

YASHAR, Deborah J. *Contesting citizenship in Latin America: the rise of Indigenous Movements and the postliberal challenge*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.